

Justificativa

Noticiou a imprensa rioclarenses que o Governo do Estado iria construir um Hospital Psiquiátrico, naquela cidade. Diante da magnitude do problema, e que estou solicitando estas duas informações, para dele melhor orientar-me.

REQUERIMENTO N. 77 DE 1961

Requero, na forma regimental se oficie ao Senhor, Secretário da Agricultura, solicitando as seguintes informações:

- 1 — Dentro do PAG, na parte referente à construção de Casas da Lavoura, foi feito algum estudo em relação à cidade de Rio Claro?
- 2 — Esta Secretaria entrou em entendimentos com a Municipalidade de Rio Claro, para a doação do necessário terreno?
- 3 — Em caso afirmativo, já foi feito o processo de concorrência pública?
- 4 — Quando serão iniciados os trabalhos de construção da Casa da Lavoura de Rio Claro?

Sala das Sessões, em 24-3-1961.

(a) **Jairo Azevedo**

Justificativa

A construção de uma Casa da Lavoura para o município de Rio Claro é uma das muitas reivindicações do povo daquela cidade, e, o envio de tais informações nos esclarecerá sobre a matéria.

REQUERIMENTO N. 78 DE 1961

Requero, ouvida a Mesa, seja inserto na Ata dos nossos trabalhos, um voto de louvor à CIESP de Rio Claro, pela eleição de sua nova diretoria, realizada em 14 de março último.

Sala das Sessões, em 24-3-1961.

(a) **Jairo Azevedo**

Justificativa

Com a eleição para Delegado da CIESP de Rio Claro do sr. Emílio Beltrati, Vice-Delegado Benjamim Ferreira, patenteia-se mais uma vez, o elevado nível associativo da entidade rioclarenses, que vem pelejando pela "defesa dos legítimos interesses da indústria".

Rio Claro, infelizmente, não conta com indústrias suficientes. E os esforços que se tem feito, reduziram-se a planos, porque o problema principal reside na falta de uma maior produção energética. Formou-se na Câmara Municipal de Rio Claro uma Comissão Especial neste sentido.

Assim sendo, esperamos que a nova diretoria do CIESP local dê a contribuição necessária para a solução do problema elétrico, equacionando-o, de maneira vantajosa, à instalação de novas indústrias em Rio Claro.

Para tanto, o espírito claro deste requerimento, evidencia o seu "stricto sensu".

REQUERIMENTO N. 79 DE 1961

Requero, obedecidos os preceitos regimentais, seja inserto na Ata dos nossos trabalhos, um voto de congratulações pela instalação da Delegacia do Sindicato de Empresas Hidro-Elétricas, com sede na cidade de Rio Claro.

Sala das Sessões, em 24-3-1961.

(a) **Jairo Azevedo**

Justificativa

Além da importantíssima função que exercerá sobre as atividades hidro-elétricas, localizadas com insistência em Rio Claro, a Delegacia do Sindicato de Empresas Hidro-Elétricas é um posto avançado na conquista de reivindicações da classe. Assim é que reuniram-se em Campinas mais de 50 sindicalistas, entre eles o vereador Prof. José Rodrigues Jordão Filho e Gabriel Arruda, pertencentes à S. A. Central Elétrica de Rio Claro.

Que desta reunião à concretização do "ideal" sonhado pelo Povo de Rio Claro, pouco separe as divergências entre os que se situam no plano atual, e os que, como nós, desejam um desenvolvimento maior nas atividades da Cidade Azul".

REQUERIMENTO N. 80 DE 1961

Sr. Presidente,

Terça-feira passada, dia 28 de março p. passado, nesta Capital, faleceu José Fripo, ex-Prefeito de Lucélia, Presidente de sua Câmara Municipal e desbravador dos sertões da Zona da Mata, na Alta Paulista. Era um entusiasmado alagoano, que se fez paulista na integração com a terra onde habitou e com a comunidade que fez progredir. Assumindo a Prefeitura num instante de crise de amarelamento de sua cidade, onde o exodo dos descrentes prenunciava a eclosão do paroxiso de uma cidade apenas nascida transformar-se em "cidade morta", despertou esperanças com sua fé e confiança, construiu com sua energia e competência.

Exemplar administrador, não se limitou contudo ao frio trato dos interesses próprios do município. Ao contrário, exerceu seus mandatos na plenitude da responsabilidade de liderança por eles outorgada, levando seu entusiasmo contagiante a todos os setores da vida comuna, que recebiam sua colaboração, seu apoio e sua amizade, com o carinho dos mais sinceros aplausos.

A todos dava apoio, a todos assistia, a todos fazia justiça, fosse o contribuinte ce posses ou o humilce necessitado.

Lucélia guardará na sua carinhosa lembrança, homem que deixou seu nome na sua história de cidade nova que serviu sua Santa Casa e a saúde do povo, que zeou pela sua riqueza agrícola e seu patrimônio urbano, que protegeu a infância, os orfãos e a velhice desvalida, que auxiliou o ensino, que transitou enfim o caminho do bem e da solidariedade humana.

Para sua memória requereir seja aprovado voto de pesar do qual se dê conhecimento à família enlutada, à Câmara Municipal e à Prefeitura de Lucélia.

Sala das Sessões, em 3 de abril de 1961.

(a) **Luciano Nogueira Filho**

REQUERIMENTO N. 81 DE 1961

Requeremos seja consignado nos Anais desta Casa um voto de profundo pesar pelo falecimento do sr. Theodorico Feltrini, ocorrido neste Capital, no último dia 20, transmitindo-se a família enlutada as nossas sentidas condolências.

Sala das Sessões, em 3-4-1961.

(a) **Antônio Sampaio**

Justificativa

Aos 20 dias do mês em curso faleceu nesta Capital, à Rua João Julião, 328 — Paraíso, o sr. Theodorico Feltrini.

Natural da Península Itálica, mesmo ainda emigrado para o Brasil e aqui se radicou definitivamente, constituindo respeitabilíssima família.

A atividade de Theodorico Feltrini em nosso país pelo bem que praticou e produziu, servirá sempre como digno exemplo a todos aqueles que procuraram nossa Pátria, no afã de nela se integrar como perfeito e precioso socii.

Se guardou as recordações da Itália distante amou ao Brasil como sua verdadeira Pátria, dando-lhe o melhor dos seus esforços.

REQUERIMENTO N. 82 DE 1961

Requero à Mesa, nos termos regimentais ouvida o Plenário, seja consignado em ata dos nossos trabalhos um voto de congratulações às autoridades e população de Pirajui, pela passagem, no próximo dia 29, do 46º aniversário de inauguração do Município, dando-se ciência ao Legislativo e Executivo daquele município desta manifestação.

Sala das Sessões, 24 de março de 1961.

(a) **Anibal Hamam**

Justificativa

Nos annis da história do Município de Pirajui o dia 29 de março se inscreve em letas douradas como uma página fulgurante. Para a cidade as gerações de hoje os fastos, as glórias, as realizações e feitos daquela comunidade à qual estamos vinculados.

Em 1895 João Justino da Silva, José Gregório, Vidal de Abreu, Manoel Francisco Ribeiro e outros, fizeram tombiar as primeiras árvores, de uma derrubada para localizarem terrenos, onde hoje se encontra edificada a cidade de Pirajui.

Em 1902 fundava-se o povoado de "São Sebastião do Pouso Alegre". Decorridos dois anos após a fundação desse povoado e por iniciativa de João Justino, foi construída e reconhecida pela autoridade diocesana a capela de São Sebastião, celebrando-se em 25 de novembro de 1904 pelo padre Francisco Elias Vártoia a primeira missa no nascente povoado.

Em 1906 ainda por iniciativa do incansável João Justino, foi estabelecido o primeiro cemitério em terras próximas ao patrimônio.

A 2 de dezembro de 1907, foi criado o Distrito de Paz, mudando-lhe porém o nome para Pirajui.

O Município foi criado em 31-12-1914 e instalado a 29 de março de 1915.

Pela Lei n. 1690, de 19 de dezembro de 1919, foi criada a Comarca de Pirajui.

Quittando a memória daqueles que enfrentando as asperezas do sertão bruto da Noroeste e que deram início ao cultivo da rubiacea, responsabilizámos pela expansão e desenvolvimento da terra pirajuense.

Prestamos também aos heróicos vultos que conquistaram a autonomia política e administrativa de Pirajui, um preito de homenagem e exaltação aos seus méritos.

REQUERIMENTO N. 83 DE 1961

Pelos serviços que prestam à coletividade, como auxiliares da Justiça, merecem os oficiais de justiça nossa admiração e respeito.

Porque tem desempenhado suas funções com integridade e respeito; porque, mesmo ao dar cumprimento aos mais rigorosos mandados judiciais, já-nas inclinou quem quer que fosse; porque sempre atendeu com presteza aos advogados, o Sr. Luiz Augusto Morgado, ao completar seu trigésimo terceiro ano de serviços no cargo de oficial de justiça na Comarca de Campinas, recebeu merecidas homenagens de seus colegas, através da Associação dos Oficiais de Justiça do Interior, de juizes e de advogados, em reunião comemorativa realizada recentemente na cidade de Taubaté.

Congratulamo-nos com o homenageado e com sua associação que prestigiu, com seu comparecimento, todos os seus associados.

Portanto, para que não se perca a oportunidade, também desejamos estender nossas homenagens às associações que congregam os oficiais de Justiça de todo o Estado, quer do interior, quer da Capital, pelo muito que essas entidades têm feito no sentido de evidenciar as qualidades de seus associados e de colocá-los à altura que merecem perante a opinião pública em geral.

Assim sendo,

Requeremos nos termos regimentais, a inserção na ata de nossos trabalhos de um voto de congratulação, em particular, ao Sr. Luiz Augusto Morgado, e em geral às associações dos oficiais de Justiça do Interior e da Capital, pelos serviços que têm prestado à coletividade. Outrossim, requeremos seja dada ciência dessa deliberação tanto no homenageado como às duas entidades acima citadas, estas nas pessoas de seus Presidentes, respectivamente, Sr. Waldemar Ferreira, em Campinas, e Sr. Jesuino Antonio de Deus, em São Paulo.

Sala das Sessões, 24-3-61

(a) **Almeida Barbosa**

REQUERIMENTO N. 84 DE 1961

Requero a inserção na ata de nossos trabalhos de voto de profundo pesar, pelo falecimento, na cidade de Rio Claro, do Sr. Vicente Janicelli, dando-se ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, 3 de abril de 1961.

(a) **José Felício Castellano**

Justificativa

A cidade de Rio Claro foi abalada com a notícia do passamento do prestativo cidadão Vicente Janicelli, homem devotado ao trabalho, senhor de grandes amizades, respeitado e digno chefe de família.

Vicente Janicelli foi sempre um homem admirável e grangeou vasto círculo de amizades, mereceu de suas qualidades pessoais de excelente cidadão, Viveu colaborando com as boas causas e iniciativas, notadamente no cenário musical, ao qual emprestou o mais ardoroso de seu entusiasmo e carinho, lutando para que Rio Claro tivesse uma corporação musical à altura de suas tradições culturais.

Parte deixando saudade e uma vasta fôlha de serviços prestados à coletividade, por quem era admirado.

REQUERIMENTO N. 85 DE 1961

Requero à Mesa, nos termos regimentais que, por intermédio do Poder Executivo sejam solicitadas do Sr. Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem as seguintes informações:

- a) qual a forma de pagamento do pessoal de obras daquele Departamento, em Moji das Cruzes (C.R. 5);
- b) qual o salário hora, diário que tem sido pago;
- c) si é respeitada a lei de salário mínimo;
- d) quanto tem sido pago mensalmente aos trabalhadores "P.O." por oito horas de trabalho diário;
- e) si foi paga aos "P.O." a diferença de salários a partir de 19 de outubro, como estabelecer o art. 30 da lei de reajustamento;
- f) os pagamentos têm sido feitos pontualmente?
- g) têm sido concedidas ao "P.O." as vantagens da lei n. 6.043 de 20.1.61?

Justificativa

Os operários de obras da Estrada de Rodagem, setor de Moji das Cruzes, Salesópolis, Biritiba Mirim, etc., vem recebendo salário mensal de Cr\$ 7.670,00 inferior, portanto, ao salário mínimo, ainda sem o acréscimo do reajustamento recentemente feito, conforme Lei n. 6.043.

Também esses trabalhadores não recebem o descanso remunerado e nem feriado conforme envelope de pagamento (Olerite) que a esta estamos juntando, constatamos que o operário José Inacio, inscrição 53641 — cat. 7 teve nos meses de Dezembro de 1960 e Janeiro de 1961 salário igual de Cr\$ 7.670,00, portanto inferiores ao salário mínimo e sem o acréscimo do abono do reajuste.

O mesmo acontecendo com o feitor de Obras Sr. Pedro Barbosa Machado, inscrição 54.040 cargo 88, que recebeu seu salário de Fevereiro também sem o acréscimo de que faz juz de acordo com a Lei.

Constatamos que também vem sendo descontado a título de Club D.R. importância que não foram de digo autorizado pelo trabalhador.

Urge portanto que o Sr. Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, tome as providências necessárias para ser regularizada sem demora a situação desses humildes trabalhadores que não percebem salário família, descanso remunerado e abono por faltas motivadas por doença remunerado, e abono por faltas motivadas por doenças.

É imperioso que sejam pagas aos P.O. as diferenças de reajustamentos dos meses anteriores e que sejam atribuídas a essa categoria de funcionários as vantagens estabelecidas por Lei e que estão sendo desrespeitada pela direção do Departamento de Estradas de Rodagem.

Sala das Sessões, 3-4-61.

(a) **Francisco Franco**

REQUERIMENTO

Requero, nos termos regimentais a juntada dos Estatutos da "Associação Italiana dos Veteranos de Guerra" ao Projeto de Lei, de multa autônoma, n. 1.111, que trata do assunto.

Sala das Sessões, em 24 de março de 1961.

(a) **Jacob Pedro Carolo**

MOÇÃO

MOÇÃO N. 7 DE 1961

A Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo vem solicitar de Vossa Excelência e dignos pares aprovação tão logo quanto possível do Projeto de Lei do Deputado Franco Montoro, que visa isentar do pagamento do imposto de renda os salários dos trabalhadores, num máximo de até cinco vezes o salário mínimo tal medida consulta os interesses da classe trabalhadora e este Parlamento dá seu integral apoio à medida.

Sala das Sessões, 3 de abril de 1961.

(a) **José Felício Castellano**

Justificativa

Os sindicatos de de classe movimentam-se, em todo o país, visando obter do Congresso Nacional, a aprovação do projeto de lei do Deputado Franco Montoro, que isenta do pagamento de imposto de renda os trabalhadores que recebem até cinco vezes o salário mínimo da região. A medida é salutar e de grande interesse e oferece vantagens para o próprio fisco. Na realidade a medida preconizada pelo Representante de São Paulo deverá encontrar apoio e ser aprovada, pois é velha aspiração dos trabalhadores que sempre defenderam a tese de que os salários não deviam ser computados para efeito de imposto de renda e, portanto, deviam os que viviam de salários estar isento daquele tributo.

As finalidades do projeto de lei Franco Montoro é exatamente atender a velha reivindicação dos trabalhadores, mas para que tenha validade deve ser aprovado imediatamente, ainda neste mês de abril, a fim de que por ocasião das novas declarações, a medida já esteja em vigor e venha beneficiar os trabalhadores.

No momento em que, como já disse, os sindicatos se movimentam no sentido de conseguir a aprovação do projeto, pensamos que esta Casa não pode ficar alheia ao movimento que se faz, pelo contrário, devemos dar nosso